

EXTENSÃO EM DEBATE

Entrevista com o secretário da Setec/MEC Aléssio Trindade de Barros
Entrevistador Filipe Donner

Aléssio Trindade de Barros Doutor em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Campina Grande (2004). É o atual secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Setec/MEC. Já atuou como Diretor de Desenvolvimento da Rede Federal e como Coordenador-Geral de Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica (2007 a 2009), participou da construção dos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores de Tecnologia e do processo de implantação da EMBRAPII.

PRÁXIS: Vamos começar nossa entrevista falando sobre o desenvolvimento tecnológico e científico deflagrado na sociedade contemporânea. Qual é o papel específico dos Institutos Federais nesse novo tempo?

O papel dos Institutos Federais é ocupar um espaço estratégico no contexto da educação profissional, científica e tecnológica, fazendo uma ponte entre a sociedade brasileira e o mundo do conhecimento científico. A Lei n. 11.892 confere aos Institutos Federais o papel de atender aos arranjos produtivos locais, com destaque para os segmentos comunitários, empresariais e industriais. Esse papel visa contribuir para que todos cheguem lá.

PRÁXIS: Nesse caso, como a gente poderia pensar a diferenciação entre as políticas de extensão dos Institutos Federais e das universidades?

A extensão dos Institutos Federais é muito mais tecnológica e direcionada para o atendimento das demandas da sociedade. Essa é uma extensão que leva a novas tecnologias e que, ao mesmo tempo, melhora essas tecnologias, pela convivência com a demanda do setor produtivo. Podemos citar um exemplo para ilustrar a distinção de uma extensão tecnológica. Ela pode entrar em contato com uma associação de catadores de lixo e se preocupar com as dificuldades que a entidade tem de desenvolver novos processos de separação do lixo para melhorar os seus rendimentos. A extensão tecnológica não vai se preocupar apenas em estudar ou fazer um diagnóstico do que está ocorrendo.

Engloba isso também, mas tem o papel de ir além, intervindo na realidade em busca de melhorias de processo e soluções para o que está acontecendo. Esse é o grande diferencial.

PRÁXIS: Existe alguma orientação específica da Setec/MEC para a extensão Tecnológica?

Sim. Nossa principal orientação está voltada para uma mudança de conceito, especialmente com relação ao edital de apoio aos projetos de pesquisa aplicada e extensão tecnológica. Com o lançamento do Edital 94/2013 no final do ano passado, foram aportados R\$ 20 milhões só para a Rede Federal e, desse montante, metade foi destinada à extensão tecnológica. Focamos principalmente em áreas que fazem parte da Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia, no Plano Brasil Maior e em outros planos afins, como é o caso do Plano Inova Empresa.

PRÁXIS: Qual o significado desse edital para a Setec/MEC?

De mudança de cultura de pesquisa aplicada e inovação para atendimento às demandas do setor produtivo. Porque nele nós determinamos qual o viés da extensão tecnológica que vislumbramos. Ele é um documento que muda conceitos e orientações já existentes no âmbito da Secretaria, e pressupõe que o projeto tem que ter um público demandante de uma intervenção com perspectiva de solução. É um processo que começa de fora para dentro e não de dentro para fora. Quando a gente está dentro da academia, é muito comum que nós queiramos fazer aquilo que desenvolvemos nas nossas teses e dissertações, perpetuando as linhas de pesquisa dos orientadores. Aqui não! Aqui a gente muda conceito. De que você precisa? Você empresa associação, cooperativa, movimento sem terra, você lá fora. E aí partimos do que é necessário, para uma intervenção, uma solução. Esse é o grande diferencial, buscar primeiro o que é necessário, porque o livre pensamento é importante, mas não vem para o atendimento imediato da demanda da sociedade. A Lei n. 11.892, mais especificamente os artigos 6º e 7º, traz bem visíveis as finalidades e os objetivos dos Institutos Federais, dentre os quais se encontra

essa articulação que as ações dos institutos devem ter com o setor produtivo. Essa troca de experiência deve ser constante. Hoje, o modus operandi da Setec/MEC no financiamento da pesquisa aplicada e da extensão tecnológica segue esse viés, tanto é que agora já estamos encaminhando para o CNPq uma nova versão do edita194/2013, com o mesmo foco.

PRÁXIS: O que o senhor pode adiantar dessa nova versão?

Esse novo edital vai destinar R\$ 40 milhões para a Rede Federal, todos voltados para o atendimento de demandas oriundas da sociedade, dos parceiros externos, para a extensão tecnológica e para a pesquisa aplicada. A extensão tecnológica funde-se a pesquisa aplicada: o tempo todo a pesquisa e a extensão estão entrelaçadas nesse processo; tanto é que o famoso tripé, que inclui a extensão, a pesquisa e o ensino, realmente acontece nos Institutos Federais. Se você for para um campus agrícola, você vai ver isso no cotidiano: o produtor rural resolvendo seus problemas no campus, os alunos ajudando os produtores, trabalhando com eles, com os vizinhos - isso é muito comum.

PRÁXIS: Como esses recursos financeiros serão repassados para as Instituições?

Por meio de edital executado pelo CNPq, que contemplará projetos oriundos da Rede Federal e das escolas técnicas vinculadas às universidades. Esse edital não vai ser aberto para todas as instituições. Como nós estamos trabalhando em perfeita harmonia com o CONIF, esse novo edital atende ao pleito dos reitores, que pediram igualdade na distribuição dos recursos. Já conseguimos na edição passada - e estamos repetindo agora – um edital específico onde há ampla concorrência entre os pesquisadores oriundos dos IFs e das escolas técnicas.

PRÁXIS: É possível elencar quais são os programas e projetos específicos voltados para a extensão?

Nós não trabalhamos com programas específicos, nessa área temos ações integradas. O edital atende a todas as necessidades tecnológicas oriundas da sociedade, cujos projetos podem ser contemplados nas diversas áreas temáticas.

PRÁXIS: Então quais são essas ações integradas da Setec voltadas para o campo da inovação e da extensão tecnológica?

A gente vem realizando uma série de ações dentro e fora da Setec/MEC. Estamos construindo uma agenda de trabalho com o CNPq que tem como meta lançar, anualmente, um edital de pesquisa aplicada. Outro compromisso assumido pela Setec foi com a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (EMBRAPII), empresa recém-criada no Brasil e que inclui os Institutos Federais em uma rede de cooperação científica e tecnológica com vistas à geração de produtos e processos inovadores. A ideia é lançar editais que contemplem a abertura de polos de inovação nos Institutos Federais. Para consolidarmos essa ação, estamos estudando a possibilidade de uma parceria com o Instituto Fraunhofer da Alemanha, no sentido de que esse instituto nos ajude quanto ao funcionamento dos polos de inovação dos IFs. Abrimos também uma agenda de cooperação internacional no âmbito do Programa Ciência Sem Fronteiras, visando fomentar estágio para os nossos professores do ensino técnico e da inovação. Estamos discutindo com a Capes uma agenda específica para os mestrados profissionais em rede, também nessa perspectiva de trabalharmos esses conceitos de inovação no âmbito da Rede Federal. Na área agropecuária, a Setec/MEC está firmando um acordo de cooperação para que a Embrapa, juntamente com as escolas de natureza agrícola, trabalhando de forma articulada com nossa agenda de inovação. Nesse caminho, estamos trabalhando com os Institutos Federais no sentido de criar manuais orientadores para que os institutos convirjam para os Hotéis Tecnológicos, Empresas Júnior e Escolas de Inovação. Vamos editar também um manual de parcerias de institutos com empresas por meio de fundações de apoio.

PRÁXIS: O senhor poderia falar mais um pouco sobre esse marco orientador?

São manuais de Escolas de Inovação, de Hotéis Tecnológicos e de Empresas Júnior que estamos criando por meio de um Grupo de Trabalho formado por representantes da Setec/MEC e das instituições da Rede Federal. São manuais que vão levar uma nova cultura para a Rede Federal. Por exemplo, no edital de pesquisa aplicada orienta-se que vai ser avaliado por critérios que não foram antes avaliados pelo CNPq. Enquanto o edital do CNPq pontua o currículo do coordenador do projeto, quantas publicações ele tem, e assim é feita a pontuação, enquanto a Setec/MEC pontua a experiência que a equipe tem em inovação e extensão tecnológica, ou quanto a empresa, associação ou cooperativa está aportando de recursos financeiros ou econômicos nos projetos. Outro item é o potencial de impacto, na sociedade, desse produto, serviço ou inovação que está sendo feito. São outros indicadores, diferentes dos que eram avaliados.

PRÁXIS: Vocês observam algum despertar dos professores e estudantes para essa questão?

Sim. No ano passado divulgamos essa política de inovação na Reditec [Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica]. Em todos os eventos subsequentes fizemos várias palestras, o que desencadeou uma enxurrada de convites para todo o Brasil, pois a Rede despertou o interesse por essa política de Inovação.

PRÁXIS: Para finalizar, diante do sucesso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, como o senhor visualiza o Pronatec na Rede Federal?

O programa valorizou a educação profissional e colocou essa modalidade de ensino em um patamar de política pública nacional, relevante e prioritário. O Pronatec também expandiu com qualidade a educação profissional em várias frentes. Por esse motivo a Rede Federal tornou-se referência de qualidade e de atuação no âmbito do Pronatec.

